

COALIZÃO INDÚSTRIA

**MONITORAMENTO DAS MEDIDAS
ANUNCIADAS PELO GOVERNO PARA
SUPERAR O MOMENTO DE CRISE POR CONTA
DA PANDEMIA DO COVID-19**

Two decorative horizontal bars, one green and one yellow, are positioned on either side of the central text block.

**E SUGESTÕES DA COALIZÃO DA INDÚSTRIA PARA
MINIMIZAÇÃO DE IMPACTOS NO SETOR INDUSTRIAL E
NA ECONOMIA BRASILEIRA**

ATUALIZAÇÃO EM: 06/04/2020 – 08h00

Em vigência / Norma

Reforço ao programa Bolsa Família: suspensão de bloqueios e averiguação cadastral para inclusão de mais de 1 milhão de pessoas no programa. (R\$ 3 bilhões liberados para o programa)

Adiamento por 120 dias dos procedimentos de bloqueio e suspensão do **Benefício de Prestação Continuada (BPC)**.

Prorrogação do prazo de envio da declaração de IRPF e pagamento da primeira parcela em 30/06.

R\$600 mensais para informais, autônomos, MEI e trabalhador intermitente por 3 meses

Antecipação do Abono Salarial para junho.

Sem norma publicada

Antecipação da **primeira parcela do 13º** de aposentados e pensionistas do INSS para **abril**.

Antecipação da **segunda parcela do 13º** de aposentados e pensionistas do INSS para **maio**.

Valores **não sacados do PIS/Pasep** serão **transferidos para o FGTS** para permitir novos saques.

Redução do teto de juros do consignado, aumento da margem e do prazo de pagamento.

Novas sugestões da COALIZÃO

Voucher de R\$500 para as pessoas sem carteira assinada que não estejam no seguro desemprego

Ampliação do seguro desemprego de 5 para 8 parcelas

Antecipação do cronograma de restituição do IRPF para setembro deste ano

Em vigência / Norma

Medidas trabalhistas que poderão ser adotadas pelos empregadores para preservação do emprego e da renda.

- o teletrabalho;
- a antecipação de férias individuais;
- a concessão de férias coletivas;
- aproveitamento e a antecipação de feriados;
- o banco de horas;
- a suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho; e
- o diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS. (MP 927/2020)

Redução proporcional de jornada de trabalho e de salários com contrapartida governo na manutenção renda do trabalhador (MP 936/2020)

Suspensão temporária do contrato de trabalho com contrapartida governo na manutenção renda do trabalhador (MP 936/2020)

Sem norma publicada

Linha de crédito para pequenas e médias empresas financiar 02 meses de salário dos trabalhadores (empresas de R\$360 mil a R\$10 milhões)

Pagamento pelo governo dos 15 primeiros dias de auxílio-doença para os trabalhadores afetados pelo **COVID-19**

Permissão expressa de alteração de horários de trabalho

Não aplicação de multas trabalhistas por medidas adotadas pela empresa em função do enfrentamento da atual crise

Novas sugestões da COALIZÃO

Ampliação da medida de desoneração da folha de pagamentos

Permissão de que 30% dos salários de março, abril e maio possam ser pagos em parcelas ao longo do ano de 2020, sendo a primeira em junho. E o empregador que fizer uso desse adiamento assegurará aos seus empregados garantia de emprego até 31/12/2020 (em caso de demissão sem justa causa nesse período de garantia, as parcelas dos salários não pagos e as indenizações será paga com acréscimo de 30%.

Em vigência / Norma

Prorrogação de cobrança de PIS/COFINS e contribuições previdenciárias patronais por 90 dias para aliviar o fluxo de caixa das empresas afetadas pela crise (principalmente PIS/COFINS)

Prorrogação de prazo para pagamento de tributos federais do **SIMPLES**.

Diferimento do recolhimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - **FGTS por 03 meses**

Simplificação das exigências para contratação de crédito e dispensa de documentação (CND) para renegociação de crédito.

PR - Prorrogação do prazo para pagamento de ICMS por 03 meses (Decreto nº 4386 – 27/03/2020)

Redução temporária das alíquotas de **contribuições do Sistema S para 1,25%** por 3 meses. (exclusive Sebrae)

Sem norma publicada

– **Prorrogação de cobrança e renegociação de tributos estaduais por 90 dias** para aliviar o fluxo de caixa das empresas afetadas pela crise

Antecipação de recebíveis de contratos das empresas com a administração pública

Suspensão de registros, atualização de dados das obrigações acessórias e obrigatórias por 90 dias

Prorrogação de prazos para obrigações acessórias por 90 dias

Facilitar o **desembarço de insumos** e matérias primas industriais importadas **antes do desembarque**.

Novas sugestões da COALIZÃO

Viabilização da utilização imediata de créditos tributários por parte das empresas.

Possibilidade de uso integral do saldo de prejuízo fiscal no IRPJ e CSLL imediatamente (mesmo para empresas sem lucro em 2020).

Instituição de alíquota de Reintegra de 5%.

Suspensão da exigibilidade de CND – Certidão Negativa de Débitos, por um período mínimo de 6 meses, para as todos os que precisam de acesso a recursos oferecidos por Bancos Públicos.

Energia:

1)prorrogação dos prazos de pagamento das faturas enquanto durar o estado de calamidade pública

2) proibição da suspensão de fornecimento de serviços por um prazo de 90 dias e proibição da incidência de multas pelo não pagamento dos serviços prestados nos ciclos de consumo,

3) dilatar para 90 dias o prazo para retorno da energia contratada e não consumida para o mercado livre.

4) Faturamento por parte das distribuidoras sejam calculadas sobre o montante de energia elétrica efetivamente consumida

Em vigência / Norma

Prorrogação prazo de validade de CND's e Certidões positivas com efetivo de negativa por 3 meses

Procedimento simplificado e automático para abertura, alteração e fechamento de empresas de inovação / startups

Suspensão pelo prazo de 90 dias de inscrições em dívida ativa, protestos e execução fiscal.

Suspensão dos prazos de atos processuais para os sujeitos passivos, como aqueles para interposição de defesa administrativa e recursos perante o CARF.

Sem norma publicada

Suspensão de cobrança e renegociação de tributos federais por 90 dias para aliviar o fluxo de caixa das empresas afetadas pela crise (principalmente PIS/COFINS) – Idem para o ICMS

Antecipação de recebíveis de contratos das empresas com a administração pública

Suspensão de registros, atualização de dados das obrigações acessórias e obrigatórias por 90 dias

Prorrogação de prazos para obrigações acessórias por 90 dias

Redução de 50% nas contribuições do Sistema S por 3 meses.

Facilitar o desembaraço de insumos e matérias primas industriais importadas antes do desembarque.

Novas sugestões da COALIZÃO

Viabilização da utilização imediata de créditos tributários por parte das empresas.

Possibilidade de uso integral do saldo de prejuízo fiscal no IRPJ e CSLL imediatamente (mesmo para empresas sem lucro em 2020).

Suspensão da exigibilidade de CND – Certidão Negativa de Débitos, por um período mínimo de 6 meses, para as todos os que precisam de acesso a recursos oferecidos por Bancos Públicos.

Energia – prorrogação dos prazos de pagamento das faturas enquanto durar o estado de calamidade pública e proibição da suspensão de fornecimento de serviços por um prazo de 90 dias e proibição da incidência de multas pelo não pagamento dos serviços prestados nos ciclos de consumo;

Energia/mercado livre – dilatar para 90 dias o prazo para retorno da energia contratada e não consumida para o mercado livre.

OBJETIVO DAS PROPOSTAS: Financiamentos

Em vigência / Norma

Linha de Crédito Proger Urbano Capital de Giro / FAT para **Micro e Pequenas Empresas**.

Crédito para folha de pagamentos (R\$40 bi) – 3,75% a.a para financiar até 2 salários mínimos por empregado durante 2 meses para empresas com faturamento de R\$360 a 10 milhões. (MP 944/2020)

BNDES - transferência de recursos do Fundo PIS-PASEP para o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), no valor de R\$ 20 bilhões

BNDES - **suspensão temporária de pagamentos de parcelas de financiamentos diretos e indiretos** para empresas no valor de R\$ 19 bilhões (diretos) e R\$11 bi (indiretos)

Sem norma publicada

Intensificação do uso das linhas de crédito BNDES Finame Materiais (insumos industriais) e BNDES Crédito para pequenas empresas e estímulo à operação por parte dos agentes financeiros

BNDES - **ampliação do acesso ao crédito do BNDES com Fintechs (inicio em maio/20)**

Linha de crédito SEBRAE e bancos públicos para PME de R\$12 bi utilizando fundo de aval do Sebrae.

Simplificação de exigências para contratação de crédito

Novas sugestões da COALIZÃO

Linha de **capital de giro “sem contrapartida”** do BNDES

Anuncio da Febraban de compromisso de 60 dias de prorrogação do pagamento das operações financeiras não vem sendo efetivamente cumprido por todas as instituições financeiras (mensagem para BC)

Portabilidade de crédito para PJ

Tesouro conceder garantia total à empréstimos e financiamentos (R\$ 270 bilhões) para financiar de pagamento operados por BNDES, CEF ou bancos estaduais

Faturas de cartão de crédito de consumidores possam ser divididas em parcelas 12 meses por taxa de juros máxima de 2% a.m. (opcionalmente pelo consumidor) – aumenta a renda disponível do consumidor nesse período.

OBJETIVO DAS PROPOSTAS: Financiamentos

Em vigência / Norma

BNDES -ampliação do crédito para micro, pequenas e médias empresas (MPMEs), por meio dos bancos parceiros, no valor de R\$ 5 bilhões

BNDES – crédito de apoio para planos emergenciais de saúde – R\$2 bi

CEF - pausa de 60 dias no pagamento de parcelas adimplentes da empresa

CEF - Redução de juros de 45% no capital de giro, com taxas a partir de 0,57% a.m

CEF - disponibilização de linhas de crédito especiais para comércio ou prestadores de serviços com 6 meses de carência

Reduz IOF a zero até julho/2020

Sem norma publicada

Ofertar, por meio de bancos públicos mecanismos de Hedge Cambial com condições melhores que as do mercado, para reduzir os impactos da desvalorização cambial

Fortalecimento do Cartão BNDES, com o retorno das operações via banco do Brasil

Regulamentação do sistema nacional de garantias

Regulamentação da Lei complementar n 169/2019 para autorizar a constituição de Sociedades de Garantia Solidária

Novas sugestões da COALIZÃO

Prorrogação da cobrança de dívidas por 60 dias dos vencimentos de clientes PF e PMPE's

Definição de taxa limite de remuneração para agentes financeiros do BNDES de até 1%.

BNDES compartilhar o risco das operações com agentes financeiros

Extensão dos benefícios de créditos para as empresas para contemplar aquelas em recuperação judicial.

Em vigência / Norma**BACEN - Aumento de R\$1,21 tri na liquidez da economia (16,7% do PIB)**

- Compulsório + Liquidez de curto-prazo (LCR)(02 ondas – de 31% para 25% e de 25% para 17% - R\$118 bilhões)
- Flexibilização da LCA
- Compromissadas com títulos soberanos brasileiros
- Novo Depósito a Prazo com Garantias Especiais – NDPGE (mecanismo de proteção de depósitos bem-sucedido na crise de 2009)
- Empréstimo com lastro em debêntures

Liberação de capital com impacto potencial sobre o crédito de R\$1,1 tri (15,8% do PIB)

Empréstimo com lastro em LF garantidas por operações de crédito (Potencial de liberação de R\$ 670 bilhões)

Sem norma publicada**Direcionamento para novos créditos a PMEs****Novas sugestões da COALIZÃO****Redução forte na taxa de juros básica**

Liberação de depósito compulsório pelo BCB, seja efetuada seletivamente, pelos bancos para pagamento de folha e capital de giro operacional para as empresas. Que sejam utilizados também os bancos oficiais para liderarem o processo.

Reforço ao fundo gestor de crédito pelo governo para facilitar o fluxo de capital que será liberado pelo depósito compulsório para as empresas diminuindo as exigências de garantias durante o ano de 2020.

Criação de linha de crédito, a fim de aumentar a liquidez do mercado secundário.

Diminuição da taxa de desconto, junto ao Banco Central do Brasil, para possibilitar aos bancos a captação de recursos financeiros mais baratos e em maiores volumes, o que ocasionará o repasse desse crédito às empresas com melhores taxas, evitando, assim, o inadimplemento.



Em vigência / Norma

Orçamento extra para **aquisição de equipamentos e insumos hospitalares no valor de R\$5 bi**

Redução a zero das **alíquotas do Imposto de Importação** para produtos de uso médico-hospitalar *(até setembro de 2020)*.

Desoneração temporária de **IPI sobre bens importados e produzidos internamente** que sejam necessários ao combate do Covid-19.

Suspender a **prova de vida dos beneficiários do INSS** por 120 dias.

Priorizar **desembaraço aduaneiro** de produtos de uso médico-hospitalar.

Sem norma publicada

Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS.

Novas sugestões da COALIZÃO

Em vigência / Norma

Controle de **exportação para evitar o desabastecimento** de prods. combate ao vírus.

Suspensão da **exigência de licenciamento de importação** para tubos de plástico para coleta de sangue a vácuo e de seringas descartáveis de uso geral dos países que especifica.

Reconhecimento de **estado de calamidade** pública com efeitos até de 31 de dezembro de 2020.

Garantir o exercício e o **funcionamento de serviços públicos e atividades essenciais e que restrições de transporte interestaduais sejam baseadas em parecer técnico da ANVISA.**

Definição dos serviços públicos e das **atividades essenciais e também para funcionamento da cadeia de produção de alimentos e bebidas**

Suspensão da compulsoriedade da **certificação ANVISA de suprimentos médico hospitalares**

Suspensão do reajuste anual de preços de medicamentos por 60 dias.

Sem norma publicada

Destinação do saldo do fundo do DPVAT para o SUS.

Novas sugestões da COALIZÃO

Garantir que restrições ao trânsito interestadual, municipal, além de portos, ferrovias e rodovias, não atrapalhem a chegada de matérias-primas, insumos e produtos, bem como o escoamento da produção.

OBJETIVO DAS PROPOSTAS: medidas para empresas - regulações**Em vigência / Norma**

Agência Nacional de Mineração suspendeu até 30 de abril os prazos processuais e materiais dos Administrados, bem como prazos para apreciação de requerimentos de atos públicos de liberação de atividades econômicas sujeitas a aprovação da Agência Nacional de Mineração

Ajustes, por parte da ANVISA nas normas regulatórias de registro e pós-registro necessários para agilizar eventuais trocas de fornecedores de insumo farmacêutico ativo (IFA) e outros insumos

Ministério de Minas e Energia **reconhecer como essencial a disponibilização de insumos minerais necessários à cadeia produtiva da mineração** como “pesquisa e lavra de recursos minerais, beneficiamento e processamento; transformação mineral; comercialização e escoamento de produtos; transporte e entrega de cargas de abastecimento da cadeia produtiva. (portaria 135/202-MME)

Sem norma publicada

Prorrogação automática, por 90 dias. De licenças obrigatórias e certidões (ambientais, sanitárias, trabalhistas, etc)

Suspensão temporária da cobrança de taxas de registro junto às agências reguladoras federais (ANVISA, ANAC, etc)

Suspensão dos prazos processuais e materiais em processos administrativos ambientais dos entes integrantes do SISNAMA

Novas sugestões da COALIZÃO

Agir para evitar que estados e municípios confiscem insumos, produtos e estruturas privadas no combate a covid19

Trocar depósitos recursais por fiança e/ou seguro garantia

Adiamento de demandas que exigem investimentos no curto-prazo como logística reversa, lei de proteção de dados

Não permitir que impostos sobre grandes fortunas e/ou empréstimos compulsórios evoluam no congresso.

OBJETIVO DAS PROPOSTAS: outras medidas adotadas – medidas para empresas

Em vigência / Norma

Suspensão, prorrogação e adiamento de **atos de cobrança da dívida ativa** da União.

Prorrogação da obrigação de realização de **assembleia geral ordinária para AS**

Suspensão até 29 de maio a necessidade de apresentação de cópias autenticadas de documentos ou da apresentação de seu original para verificação para RFB.

Tabelamento do frete – suspensão do CIOT e prorrogação da validade dos certificados do Registro Nacional de Transportadores Rodoviários de Cargas – RNTRC.

Prorrogação, até 31 de dezembro de 2020, do valor mínimo de R\$ 500,00 para início de **parcelamento de dívidas com a Fazenda Nacional**.

Sem norma publicada

Novas sugestões da COALIZÃO

OBJETIVO DAS PROPOSTAS: outras medidas adotadas – medidas para empresas**Em vigência / Norma****Orientação para uniformizar o tratamento dos processos de recuperação judicial durante a pandemia do Covid-19**

- a) priorizar a análise e decisão sobre levantamento de valores em favor dos credores ou empresas recuperandas;
- b) suspender de Assembleias Gerais de Credores presenciais, autorizando a realização de reuniões virtuais quando necessária para a manutenção das atividades empresariais da devedora e para o início dos pagamentos aos credores;
- c) prorrogar o período de suspensão previsto no art. 6º da Lei de Falências quando houver a necessidade de adiar a Assembleia Geral de Credores;

Sem norma publicada**Novas sugestões da COALIZÃO**

OBJETIVO DAS PROPOSTAS: outras medidas adotadas – medidas para empresas**Em vigência / Norma**

d) autorizar a apresentação de plano de recuperação modificativo quando comprovada a diminuição na capacidade de cumprimento das obrigações em decorrência da pandemia da Covid19, incluindo a consideração, nos casos concretos, da ocorrência de força maior ou de caso fortuito antes de eventual declaração de falência (Lei de Falências, art. 73, IV);

e) determinar aos administradores judiciais que continuem a promover a fiscalização das atividades das empresas 4 recuperandas de forma virtual ou remota, e a publicar na Internet os Relatórios Mensais de Atividade;

f) avaliar com cautela o deferimento de medidas de urgência, despejo por falta de pagamento e atos executivos de natureza patrimonial em ações judiciais que demandem obrigações inadimplidas durante o estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6 de 20 de março de 2020.

Sem norma publicada**Novas sugestões da COALIZÃO**

OBJETIVO DAS PROPOSTAS: outras medidas adotadas

Em vigência / Norma

Condições extraordinárias para os serviços regulamentados de **avaliação da conformidade**.

Prorroga a **validade dos certificados de verificação** que estão para vencer no período de estado de emergência.

Fechamento das **fronteiras com a Venezuela**.

Fechamento das **fronteiras por 15 dias com Argentina, Bolívia, Colômbia, Guiana, Guiana Francesa, Paraguai, Peru e Suriname**.

Sem norma publicada

Novas sugestões da COALIZÃO

OBJETIVO DAS PROPOSTAS: outras medidas adotadas

Em vigência / Norma

Restrição por 30 dias da **entrada no Brasil, por via aérea, de estrangeiros** provenientes da China, União Europeia, Islândia, Noruega, Suíça, Reino Unido da Grã-Bretanha e Irlanda do Norte, Comunidade da Austrália, Japão, Malásia e Coréia.

Restrição por 30 dias da **entrada no Brasil, por via terrestre, de estrangeiros** provenientes do Uruguai.

Sem norma publicada

Novas sugestões da COALIZÃO

Origem	Ementa/PL
CN	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.(CN MPV 926/2020)
CN	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências.(CN MPV 927/2020)
CD	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a suspensão do contrato de trabalho em caso de interrupção do funcionamento do estabelecimento determinada por ato do poder público em decorrência de situação de emergência em saúde pública ou de estado de calamidade pública, e altera a Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, para estabelecer a percepção de assistência financeira durante a suspensão do contrato e a prorrogação do benefício do seguro-desemprego por 90 (noventa) dias para quem já o estiver percebendo.(CD PL 779/2020)
CD	Cria o Fundo Nacional de Emergência em Defesa do Trabalho e Renda.(CD PL 732/2020)
CD	Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40% a todo trabalhador da saúde cujas instituições em que trabalham estejam vinculadas ao atendimento de pacientes infectados pelo COVID-19 (Coronavirus).(CD PL 744/2020)
CD	Institui a livre negociação para permitir remuneração parcial de trabalhadores na CLT nas hipóteses que especifica.(CD PL 699/2020)
CD	Acrescenta o art. 169-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para obrigar as empresas a adotar medidas de proteção dos trabalhadores em situação de emergência em saúde pública.(CD PL 655/2020)
CD	Regulamenta os procedimentos a serem seguidos nos serviços de entregas à domicílio (delivery) durante o período de calamidade pública devido ao coronavírus (COVID-19).(CD PL 794/2020)
CD	Estabelece medidas de proteção e garantia de renda para catadores de material reciclável em face da decretação de estado de calamidade provocada pela COVID-19 .(CD PL 1118/2020)
CD	Estabelece medidas temporárias de amparo e fomento aos micro e pequenos empresários durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19).(CD PL 967/2020)

Origem	Ementa/PL
CD	Acrescenta o art. 169-A à Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, para obrigar as empresas a adotar medidas de proteção dos trabalhadores em situação de emergência em saúde pública. (CD PL 655/2020)
CD	Altera o § 7º do art. 6º da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, que "Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária", para submeter todos os créditos tributários à recuperação judicial. (CD PL 6229/2005)
CD	Inserir na CLT a previsão de que o trabalhador atue na modalidade de teletrabalho quando tiver de cumprir isolamento social por quaisquer doenças ou vírus. (CD PL 908/2020)
CD	Proíbe, por 120 (cento e vinte) dias, interrupção de serviços considerados essenciais, por motivo de inadimplência, em decorrência da calamidade pública ocasionada pela pandemia do coronavírus (Covid-19) e dá outras providências (CD PL 912/2020)
CD	Dispõe sobre adoção de medidas temporárias em matéria trabalhista, em razão da conjuntura que envolve a pandemia relativa ao novo coronavírus e dá outras providências. (CD PL 927/2020)
CD	Regulamenta os procedimentos a serem seguidos nos serviços de entregas à domicílio (delivery) durante o período de calamidade pública devido ao coronavírus (COVID-19). (CD PL 794/2020)
CD	Acrescenta parágrafo único ao art. 192 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, para dispor que a atuação de profissionais de serviços essenciais ao combate epidemias enseje o pagamento de adicional de insalubridade em grau máximo. (CD PL 830/2020)
CD	Dispõe sobre a suspensão temporária de cobrança, pagamento, juros e multas incidentes sobre dívidas pelo período de 90 dias, em função da pandemia de corona-vírus que atingiu o Brasil. (CD PL 823/2020)
CD	Institui a livre negociação para permitir remuneração parcial de trabalhadores na CLT nas hipóteses que especifica. (CD PL 699/2020)
CD	Eleva a alíquota da Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido - CSLL em relação às pessoas jurídicas de Seguros Privados e de Capitalização e às referidas nos incisos I a VII, IX e X do § 1º do art. 1º da Lei Complementar nº 105, de 10 de janeiro de 2001, em caráter temporário com reversão integral, no ano de 2020, dos recursos para programas de renda mínima e saúde. (CD PL 940/2020)

Origem	Ementa/PL
CD	Institui o empréstimo compulsório para atender às despesas urgentes causadas pela situação de calamidade pública relacionada ao coronavírus (COVID-19). (CD PLP 34/2020)
CD	Cria regras tributárias, especialmente de contribuições previdenciárias, específicas para o período de vigência do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo n. 6, de 2020. (CD PL 966/2020)
CD	Programa de Manutenção dos Empregos dos Trabalhadores das Empresas Impactadas pela Emergência de Saúde Pública Internacional Relacionada ao Covid-19 (Provid). (CD PL 1091/2020)
CD	Dispõe sobre o controle do Estado no combate à manipulação e ao abuso de preços em casos de decretação de Pandemia ou Estado de Calamidade Pública. (CD PL 1008/2020)
CD	Estabelece medidas temporárias de amparo e fomento aos micro e pequenos empresários durante a pandemia do Coronavírus (COVID-19). (CD PL 967/2020)
CD	Acrescenta artigo à Consolidação das Leis do Trabalho para dispor sobre a suspensão do contrato de trabalho em caso de interrupção do funcionamento do estabelecimento determinada por ato do poder público em decorrência de situação de emergência em saúde pública ou de estado de calamidade pública, e altera a Lei nº 7.998 de 11 de janeiro de 1990, para estabelecer a percepção de assistência financeira durante a suspensão do contrato e a prorrogação do benefício do seguro-desemprego por 90 (noventa) dias para quem já o estiver percebendo. (CD PL 779/2020)
CD	Dispõe sobre o pagamento do adicional de insalubridade no percentual de 40% a todo trabalhador da saúde cujas instituições em que trabalham estejam vinculadas ao atendimento de pacientes infectados pelo COVID-19 (Coronavirus). (CD PL 744/2020)
CD	Cria o Fundo Nacional de Emergência em Defesa do Trabalho e Renda. (CD PL 732/2020)
CD	Dispõe sobre o fornecimento gratuito de Álcool em Gel e Máscaras de Proteção Individual pelo Sistema Único de Saúde SUS durante a Pandemia de Covid-19. (CD PL 1152/2020)
CD	Concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados aos itens de limpeza pessoal durante o período de vigência do Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020. (CD PL 1131/2020)

Origem	Ementa/PL
CD	Altera a Lei 10.836 de 09 de janeiro de 2004 para estabelecer um ajuste financeiro nos pagamentos do programa Bolsa Família de 50% (cinquenta por cento) enquanto durar o estado de calamidade pública decretado. (CD PL 1102/2020)
CD	Estabelece medidas de proteção e garantia de renda para catadores de material reciclável em face da decretação de estado de calamidade provocada pela COVID-19 . (CD PL 1118/2020)
CD	Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de Coronavírus no Brasil. (CD PL 668/2020)
CN	Altera a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, para dispor sobre procedimentos para aquisição de bens, serviços e insumos destinados ao enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus. (CN MPV 926/2020)
CN	Dispõe sobre as medidas trabalhistas para enfrentamento do estado de calamidade pública reconhecido pelo Decreto Legislativo nº 6, de 20 de março de 2020, e da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus (covid-19), e dá outras providências. (CN MPV 927/2020)
SF	Altera a Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991, que dispõe sobre a organização da Seguridade Social, institui Plano de Custeio, e dá outras providências, para estabelecer cronograma de pagamentos diferenciados em casos de calamidade pública. (SF PL 882/2020)
SF	Dispõe sobre o congelamento de preços de medicamentos durante a vigência da Pandemia de Coronavírus. (SF PL 881/2020)
SF	Susta a Portaria nº 1.122, de 19 de março de 2020, que define as prioridades, no âmbito do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), no que se refere a projetos de pesquisa, de desenvolvimento de tecnologias e inovações, para o período 2020 a 2023. (SF PDL 102/2020)
SF	Dispõe sobre a manutenção dos empregados em período de emergência de saúde pública de importância internacional decorrente da pandemia do Coronavírus – Covid 19. (SF PL 751/2020)
SF	Cria a Linha Emergencial de Capital de Giro destinada à manutenção da produção, do emprego e da massa salarial. (SF PL 838/2020)

Origem	Ementa/PL
SF	Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil. (SF PL 668/2020)
SF	Dispõe sobre a dispensa de recolhimentos de PIS e COFINS à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual que mantiver o contrato de trabalho de ao menos 95% de seus empregados durante e imediatamente após o período de vigência de estado de emergência referente à pandemia do Covid-19. (SF PL 1124/2020)
SF	Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções econômicas, com a finalidade de garantia de emprego, em decorrência da Emergência em Saúde Pública Decorrente do Coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (SF PL 1168/2020)
SF	Acrescenta o § 2º-A ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. (SF PL 1162/2020)
SF	Acrescenta dispositivos à Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para, durante o período da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, dispensar o empregado da comprovação do motivo de quarentena, nos termos que especifica. (SF PL 702/2020)
SF	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (SF PL 1066/2020)
MG	Dispõe a venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do corona vírus (covid-19). (MG PL 1664/2020)
MG	Autoriza o governo do estado de minas gerais a prover renda emergencial a catadores de materiais recicláveis do estado de minas gerais e/ou suas organizações, em casos de emergência ou calamidade e garantir condições de abastecimento, na forma que menciona. (MG PL 1677/2020)

Origem	Ementa/PL
SF	Dispõe sobre a proibição de exportações de produtos médicos, hospitalares e de higiene essenciais ao combate à epidemia de coronavírus no Brasil. (SF PL 668/2020)
SF	Dispõe sobre a dispensa de recolhimentos de PIS e COFINS à Microempresa, à Empresa de Pequeno Porte e ao Microempreendedor Individual que mantiver o contrato de trabalho de ao menos 95% de seus empregados durante e imediatamente após o período de vigência de estado de emergência referente à pandemia do Covid-19. (SF PL 1124/2020)
SF	Autoriza o Poder Executivo a conceder subvenções econômicas, com a finalidade de garantia de emprego, em decorrência da Emergência em Saúde Pública Decorrente do Coronavírus, de que trata a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (SF PL 1168/2020)
SF	Acrescenta o § 2º-A ao art. 3º da Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, e dá outras providências. (SF PL 1162/2020)
SF	Acrescenta dispositivos à Lei nº 605, de 5 de janeiro de 1949, para, durante o período da emergência de saúde pública decorrente da Covid-19, dispensar o empregado da comprovação do motivo de quarentena, nos termos que especifica. (SF PL 702/2020)
SF	Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, para dispor sobre parâmetros adicionais de caracterização da situação de vulnerabilidade social, para fins de elegibilidade ao Benefício de Prestação Continuada (BPC), e estabelece medidas excepcionais de proteção social a serem adotadas durante o período de enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019, a que se refere a Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. (SF PL 1066/2020)
MG	Dispõe a venda dos produtos de higiene e alimentícios na forma que menciona, em razão da situação de calamidade decorrente da epidemia do corona vírus (covid-19). (MG PL 1664/2020)
MG	Autoriza o governo do estado de minas gerais a prover renda emergencial a catadores de materiais recicláveis do estado de minas gerais e/ou suas organizações, em casos de emergência ou calamidade e garantir condições de abastecimento, na forma que menciona. (MG PL 1677/2020)

Origem	Ementa/PL
MG	Dispõe sobre a suspensão do uso de utensílios de material plástico no ramo alimentício, como bares, restaurante e hotel, no período de 180 dias, com objetivo de conter a proliferação do coronavírus. (MG PL 1587/2020)
MG	Concede isenção temporária da alíquota do imposto sobre operações relativas a circulação de mercadorias e sobre prestações de serviços de transporte interestadual e intermunicipal e de comunicação - icms das mercadorias classificadas nos códigos da nomenclatura comum do mercosul - ncm listados no anexo único desta lei. (MG PL 1703/2020)
RJ	ADOA MEDIDAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA PROTEGER OS FUNCIONÁRIOS DE TRANSPORTES PÚBLICOS, NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA PANDEMIA DO COVID-19. (RJ PL 2106/2020)
RJ	ADOA MEDIDAS, NO ÂMBITO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, PARA PROTEGER OS FUNCIONÁRIOS DE FARMÁCIAS, BARES, RESTAURANTES, MERCADOS E SUPERMERCADOS, NO PERÍODO DE DURAÇÃO DA PANDEMIA DO COVID-19. (RJ PL 2104/2020)
RJ	CONCEDE ISENÇÃO TEMPORÁRIA DA ALÍQUOTA DO IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS A CIRCULAÇÃO DE MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL E INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO – ICMS DAS MERCADORIAS CLASSIFICADAS NOS CÓDIGOS DA NOMENCLATURA COMUM DO MERCOSUL - NCM LISTADOS NO ANEXO ÚNICO DESTA LEI (RJ PL 2070/2020)
RJ	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DA DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) EM SITUAÇÕES DE ENDEMIA, EPIDEMIA E PANDEMIA, NA FORMA QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. (RJ PL 2166/2020)
RJ	DISPÕE SOBRE A PRESTAÇÃO DO SERVIÇO DE ENTREGA EM DOMICÍLIO (DELIVERY) DURANTE A DURAÇÃO DA CALAMIDADE PÚBLICA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM DECORRÊNCIA DO NOVO CORONAVÍRUS (COVID-19). (RJ PL 2115/2020)
RJ	AUTORIZA O PODER EXECUTIVO A ESTABELECEER ALÍQUOTA ZERO DE ICMS (IMPOSTO SOBRE OPERAÇÕES RELATIVAS À MERCADORIAS E SOBRE PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS DE TRANSPORTE INTERESTADUAL. INTERMUNICIPAL E DE COMUNICAÇÃO), NAS SAÍDAS DE ÁLCOOL GEL PRODUZIDO POR INDÚSTRIAS CUJA ATIVIDADE FIM NÃO SEJA A PRODUÇÃO DO ÁLCOOL, ENQUANTO DURAR A SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA, DECRETADA PELO PODER EXECUTIVO. (RJ PL 2024/2020)
RJ	ALTERA AS LEIS Nº 4.534, DE 04 DE ABRIL DE 2005 E Nº 7.495, DE 05 DE DEZEMBRO DE 2016, QUE DISPÕE SOBRE O FUNDO DE RECUPERAÇÃO ECONÔMICA DE MUNICÍPIOS FLUMINENSES E SOBRE O IMPEDIMENTO DE CONCESSÃO DE NOVOS INCENTIVOS FISCAIS OU BENEFÍCIO DE NATUREZA TRIBUTÁRIA DE QUAIS DECORRAM RENÚNCIAS DE RECEITAS, NOVOS FINANCIAMENTOS, FOMENTOS ECONÔMICOS OU INVESTIMENTOS ESTRUTURANTES A EMPRESAS SEDIADAS OU QUE VENHAM A SE INSTALAR NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO DURANTE O PRAZO DE FRUIÇÃO DO REGIME DE RECUPERAÇÃO FISCAL QUE TRATA A LEI COMPLEMENTAR FEDERAL Nº 159/2017 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS (RJ PL 2050/2020)
RJ	DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL (EPIS) PARA OS TRABALHADORES DE APLICATIVOS DE TRANSPORTE E ENTREGAS A DOMICÍLIO NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO EM CASOS DE ENDEMIA, EPIDEMIA E PANDEMIA. (RJ PL 2154/2020)
RJ	CRIA O PROGRAMA EMERGENCIAL PARA A PROTEÇÃO E SAÚDE DA POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA NO ÂMBITO DO COMBATE A CONTAMINAÇÃO POR CORONAVÍRUS - COVID-19. (RJ PL 2184/2020)
SC	Prevê a suspensão temporária dos atos destinados ao envio de certidões para protesto de débitos inscritos em dívida ativa tributária ou não, no Estado de Santa Catarina. (SC PL 668/2020)